

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 998

AS TEORIAS DE ESTRATIFICAÇÃO DA SOCIEDADE E O ESTUDO DOS RICOS

Marcelo Medeiros

Brasília, novembro de 2003

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 998

AS TEORIAS DE ESTRATIFICAÇÃO DA SOCIEDADE E O ESTUDO DOS RICOS

Marcelo Medeiros*

Brasília, novembro de 2003

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do (s) autor (es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede -Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, por meio do Projeto BRA/97/013.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 OS PRECURSORES DO CAMPO 8

3 O DEBATE ATUAL 15

4 CONCLUSÕES 21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 24

SINOPSE

Montar um esquema de estratificação envolve uma série de decisões metodológicas. O objetivo deste texto é analisar, no que diz respeito à partição da sociedade em classes sociais, quais decisões são tomadas por diferentes correntes teóricas e quais os esquemas de estratificação daí resultantes. Isso é feito a partir de um mapeamento do debate recente sobre estratificação social com foco nas teorias de classe e na discussão dos estudos precursores desse debate. As contribuições de tal debate para a divisão da população brasileira em ricos e não-ricos são sumarizadas na forma de uma orientação de caráter geral: a de que a estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres, e que esses grupos podem ser definidos em termos de um eixo comum – seu nível de riqueza. Isso significa que, na prática, a estratificação pode ser feita por meio de uma noção de riqueza relativa, que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade.

ABSTRACT

The construction of a system of stratification requires several methodological decisions. This article examines how class analysis is done by different schools of thought and what systems of stratification they use. It shows the recent debate on stratification, focusing class theories, and the studies that preceded the debate. The contributions of this debate for the stratification of the Brazilian society into “affluents” and “non affluents” lead to the general conclusion that the stratification could be done using information on a third group, the poor. The three groups can be defined by their level of wealth, which means that a relative notion of affluence, depending entirely on the intensity of poverty in a society, can be used to stratify its population.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com níveis extremamente elevados de desigualdade social. A concentração da renda brasileira, por exemplo, encontra-se entre as piores do mundo. Ocorrendo sob certas condições, a redução dessa concentração é desejável não apenas pelo valor intrínseco de se viver em uma sociedade mais igualitária, mas também porque seria possível, entre outras coisas, erradicar completamente a pobreza por meio de uma redistribuição dos recursos já existentes, como já destacava Furtado no início da década de 1980 (Furtado, 1981, p. 61).

A redução das desigualdades de renda na população brasileira pode ser obtida de várias formas, porém é justo que ela ocorra também por meio de um sistema de transferência de recursos dos extremamente mais ricos aos extremamente mais pobres. É evidente que qualquer medida redistributiva desse tipo requer um grau razoável de conhecimento tanto sobre o grupo que vai receber os recursos quanto que irá cedê-los. Todavia, para levar adiante um estudo sobre esses grupos é necessário identificá-los na população, o que requer uma definição de quem é “pobre” e de quem é “rico”. Entre os pesquisadores existe certo grau de concordância sobre as linhas gerais que podem orientar uma definição de pobreza. No entanto, definição da situação de riqueza está longe de ser trivial. Não existe qualquer consenso bem estabelecido sobre o que caracteriza um rico, motivo pelo qual este estudo busca na literatura sobre estratificação social indicações que possam ser úteis para essa definição.

Parte importante das pesquisas mais recentes sobre desigualdade apóia-se em esquemas de estratificação social. Todavia, nos estudos sobre desigualdade, a estratificação não é a única opção metodológica viável. Existem, por exemplo, muitos estudos sobre os determinantes da desigualdade econômica que poderiam ser realizados sem nenhum recurso à definição de grupos sociais. Quando se assume, porém, que os indivíduos com características similares formam grupos e que nesses grupos as pessoas comungam interesses semelhantes ou têm um provável comportamento comum, a estratificação passa a ser um procedimento útil.

Montar um esquema de estratificação envolve uma série de decisões metodológicas. O objetivo deste texto é analisar, no que diz respeito à partição da sociedade em classes sociais, quais decisões são tomadas por diferentes correntes teóricas e quais os esquemas de estratificação daí resultantes, a fim de subsidiar a divisão da população brasileira entre ricos e não-ricos. Isso é feito a partir de um mapeamento do debate recente sobre estratificação social com foco nas teorias de classe e na discussão dos estudos precursores desse debate. As conclusões deste trabalho pretendem subsidiar a fundamentação de um método para que a população rica seja identificada a partir de uma linha de riqueza.

A estratégia utilizada para abordar as correntes que integram esse debate consiste em analisar os eixos sobre os quais a diferenciação dos estratos (ou classes)¹ é realizada, como as fronteiras entre estratos são determinadas, que hierarquia se estabelece entre eles e quais atributos individuais podem ser relacionados a posições nos diferentes estratos. As distintas correntes são, então, comparadas entre si em razão de suas diferenças a respeito de cada um desses itens.

1. Classes são entendidas como estratos sociais hierarquizados a partir de algum critério.

Em primeiro lugar, são discutidos elementos das teorias precursoras do debate moderno. Em seguida, discute-se a influência que esses precursores tiveram no debate moderno sobre estratificação, apresentando-se as principais correntes deles derivadas. A ênfase da discussão é dada às modificações realizadas nas abordagens originais para adequar teorias a novas necessidades, aos problemas persistentes, às fusões de elementos das abordagens iniciais em novos esquemas de estratificação e às novas soluções propostas.

As contribuições desse debate para a divisão da população brasileira em ricos e não-ricos são sumarizadas na forma de uma orientação de caráter geral: a de que a estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres, e que esses grupos podem ser definidos em termos de um eixo comum, seu nível de riqueza. Isso significa que, na prática, a estratificação pode ser feita por meio de uma noção de riqueza relativa, que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade.

2 OS PRECURSORES DO CAMPO

O uso de categorias para exprimir diferenciações de posição na estrutura social é tão antigo que certos estudos dedicam-se a descrever as utilizadas em trechos bíblicos ou na filosofia clássica grega (Ossowski, 1964; Tumin, 1970). Porém, as análises sistemáticas do assunto, com esforços para delimitar com maior precisão as categorias utilizadas, as origens das posições e as implicações de sua diferenciação no funcionamento da sociedade são mais recentes e datam dos últimos quatro séculos.

Embora seja viável ordenar cronologicamente essas análises, não é possível traçar uma linha sucessória única para elas. Antes, elas podem ser entendidas como ramificações separadas que, embora tenham dialogado entre si ao longo do tempo, geraram seus próprios sucessores. Marx, por exemplo, conhecia e foi influenciado pelos economistas políticos clássicos, em especial Smith e Ricardo, mas sua teoria de classes é mais uma alternativa do que uma simples derivação das idéias da economia política clássica. O mesmo pode ser dito de Weber e Pareto, que sucedem Marx no tempo e reconhecem suas idéias, mas distinguem suas proposições das colocações marxistas.

Boa parte da discussão recente sobre estratificação tem origem em teorias propostas na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Embora hoje nenhum dos principais esquemas de estratificação discutidos na literatura sobre o tema seja uma reprodução exata das teorias precursoras do campo, algumas das linhas de abordagem atualmente dominantes remontam claramente a elas. No debate moderno sobre estratificação prevalecem abordagens marxistas e weberianas, com variações internas cujas idéias podem ser inicialmente identificadas em alguns autores clássicos das ciências sociais. Por essa razão, uma retrospectiva das teorias precursoras torna-se importante na medida em que contribui para o esclarecimento do conteúdo das discussões atuais.

Os embriões das teorias de estratificação modernas podem ser identificados na economia política clássica. Smith (1988) lança mão de um esquema de classe fundado na origem dos rendimentos dos indivíduos que segmenta a sociedade entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores, e Ricardo (1978) sustenta um esquema semelhante, que também utiliza os tipos de rendimento como critério de distinção das clas-

ses. Em ambos os casos, a fonte de rendimentos é tratada como um indicador da função de cada indivíduo na sociedade, e essa função é usada como elemento explicativo da dinâmica econômica da sociedade. Embora a reflexão sobre a estrutura social seja facilmente localizada em obras muito anteriores, as preocupações da economia política clássica podem ser tomadas como o início das tendências modernas de um campo de pesquisas que hoje é compartilhado por economistas e sociólogos.

Sucessor direto dos primeiros economistas políticos, Marx pode ser classificado como um dos autores mais comentados da sociologia no que diz respeito ao estudo da estratificação social. Sua discussão sobre a origem e a lógica de funcionamento das sociedades capitalistas é fortemente orientada ao estudo da desigualdade social por uma abordagem de classes. O método usado por Marx para explorar os fenômenos sociais concentra-se na análise de estruturas da sociedade. Em larga medida, sua abordagem consiste em elaborar teorias baseadas em categorias abstratas e de caráter muito geral para, então, analisar fenômenos concretos em um nível mais particular. É o caso, por exemplo, da maneira como as categorias **capital** e **força de trabalho** são articuladas para explicar não só a base que define a estrutura social, mas praticamente toda a dinâmica do capitalismo. Em uma economia capitalista, o capital se reproduz por meio da exploração da força de trabalho (extração de mais-valia). Esse processo de reprodução define, na abordagem marxista, grande parte das características da estrutura social. A situação de classe dos indivíduos, por exemplo, está fundamentalmente relacionada à sua posição no processo de produção capitalista.

Há controvérsias em relação às definições de classe usadas por Marx (Ollman, 1976, p. 6). O capítulo As Classes, parte do livro III de **O Capital**, em que o tema seria discutido, jamais foi concluído, deixando espaço para interpretações distintas (Marx, 1975, livro III, p. 1.012-1.013). Para alguns, como Shaw, a definição de classe em Marx é límpida: classes são grupos de pessoas em relações semelhantes de produção de propriedade. Poulantzas, porém, contesta Shaw e acredita ser um erro definir as classes de Marx em termos de relações de produção, visto que essas guardariam também vínculos com níveis políticos e ideológicos (Shaw, 1979, p. 50-53). Como todo debate de caráter muito interpretativo, esse é um cuja conclusão não é simples, pois o próprio Marx usa o termo classe com várias conotações. É inequívoco, porém, que, em **O Capital**, a posição dos indivíduos na estrutura de produção é uma peça-chave para definir sua situação de classe.

O grupo mais rico da sociedade é constituído pela classe capitalista, que monopoliza os meios de produção e acumula riqueza por meio da exploração dos trabalhadores. Essa exploração consiste em remunerar os trabalhadores com salários cujo valor é inferior ao daquilo que eles produzem. Os capitalistas apropriam-se de parte do valor do trabalho de seus empregados (mais-valia) e a investem no processo produtivo, expandindo a riqueza por meio da reprodução de seu capital.

Marx afirma, em diversos momentos de sua obra, que os indivíduos nas classes são apenas portadores de relações sociais. Em **O Capital**, por exemplo, a dinâmica das sociedades capitalistas é explicada por uma teoria construída em termos de relações entre **capital** e **força de trabalho** e não entre indivíduos **capitalistas** e **trabalhadores**. A diferenciação, que pode parecer preciosismo, pois as últimas categorias são personificação das duas primeiras, não deve ser subestimada. Ela implica que os motivos que fazem de um indivíduo específico um capitalista ocupam um papel de menor rele-

vância nas preocupações de Marx. Em última instância, o capitalista possui poder de comandar trabalho não por suas qualidades pessoais ou humanas, mas porque é proprietário do capital (Marx, 1978, v. 5, p. 322).

Marx discorre extensivamente sobre a origem histórica do capitalismo ao tratar da acumulação primitiva do capital. Esta é resultado, em grande parte, da violência e da fraude, mas ele mesmo reconhece que parte dessa acumulação se deu independentemente da exploração, por meio do trabalho acumulado ao longo de gerações (Marx, 1975, livro I, p. 662, 677, e 1973, caderno IV, p. 459). Isso não o impede de rejeitar, recorrentemente, aquilo que ele chama de Teoria da Abstinência, ou seja, a justificativa moral da riqueza por meio do argumento de que os capitalistas são capazes de acumular suas propriedades porque optaram por uma vida de consumo frugal e trabalho duro.

Há, proporcionalmente em relação ao tratamento dispensado à origem histórica da classe capitalista, pouco em sua obra que contribua para definir a origem da situação de um capitalista individual. Embora existam menções de sua parte ao assunto, seu arcabouço teórico confere poucos instrumentos para relacionar os atributos de um indivíduo à sua posição na estrutura social, o que não impede, porém, a realização de algumas inferências a partir de sua teoria.

Pode-se concluir, por exemplo, que as heranças têm papel importante na transmissão intergeracional da situação de classe. A sucessão familiar, que é destacada nas análises sobre a reprodução da classe trabalhadora, pode ser usada para explicar como a acumulação de capital realizada em um determinado momento da história se propaga até as sociedades capitalistas. Enquanto tomava nota de suas leituras de J. B. Say, Marx registra, nos **Manuscritos de Paris**, que é pelo “direito positivo”, isto é, pelo direito de sucessão, que alguém se converte em proprietário de fundos produtivos, nos casos em que o capital não é fruto do roubo ou da fraude (Marx, 1978, v. 5, p. 321), e repete algo muito semelhante em uma carta dirigida a Adolf Cluss (Marx, 1981, v. 39, p. 378). Em **O Capital**, escreve que a divisão das fortunas das famílias determina, entre outros fatores, o número de capitalistas na sociedade (Marx, 1975, livro I, p. 726).

Ainda no século XIX surge, com Veblen, um outro enfoque da desigualdade que se tornou relevante nos estudos modernos. Veblen, um norueguês radicado nos Estados Unidos, edita, pela primeira vez em 1899, **A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições** (1983). O livro, que teve fragmentos inicialmente publicados no **American Journal of Sociology**, baseia-se em digressões históricas de caráter científico contestável, mas é, ao mesmo tempo, um apurado relato etnográfico do comportamento das classes superiores das sociedades capitalistas do fim do século XIX.

Pouco discutida na sociologia brasileira, **A Teoria da Classe Ociosa** trata extensivamente de mecanismos não-econômicos de distinção de classe, tema posteriormente explorado pela sociologia francesa. Do ponto de vista filosófico, Veblen investe contra o consumo conspícuo e o emprego improdutivo de tempo, dinheiro e esforço realizado com o propósito de distinguir as classes superiores do restante da sociedade. Esse comportamento conspícuo não tem o objetivo de trazer o bem-estar físico à classe ociosa, mas sim um papel meramente emulativo (isto é, exibicionista), cuja função é simbolizar a situação de classe dos indivíduos ociosos.

A maior parte da obra de Veblen não está centrada na origem da riqueza, mas em seu destino. A riqueza confere honra a seu possuidor e sua conquista é um meio

de assegurar a distinção e a estima social. Por esta razão, mais importante do que o efeito material que a riqueza pode ter sobre o conforto é seu efeito simbólico de anunciar o *status* de um indivíduo perante os demais (1983, p. 19). Em razão disso, **A Teoria da Classe Ociosa** dedica-se a analisar temas como o ócio e o consumo conspícuos, o padrão de vida pecuniário e os efeitos da valorização do ócio como as regras do gosto, o vestuário, as observâncias devotas, a cultura superior (erudita) e as sobrevivências modernas da proeza. Ainda assim, há uma série de indicações sobre as origens da classe ociosa na obra de Veblen. Em uma crítica aberta à idéia de que a fortuna depende de uma ética da operosidade e frugalidade presente na ideologia de um capitalismo virtuoso, Veblen defende que a relação predatória com os demais membros da comunidade, bem como a força e a desonestidade são as bases do sucesso dos membros da classe ociosa (1983, p. 8, 10, 101-102).

Uma vez estabelecidos, os membros da classe ociosa são submetidos a um processo seletivo contínuo, tendo de se adaptar à sociedade em que vivem, e, por isso, criam e mantêm instituições a fim de perpetuar sua posição: editam decretos e convenções que contribuem para a segurança da propriedade, a execução dos contratos, a facilidade das transações financeiras e os interesses adquiridos; regulam as falências, responsabilidades limitadas e operações bancárias e controlam o relacionamento entre operários e empregadores (1983, p. 96). A contrapartida da acumulação da riqueza na classe ociosa é a pobreza no restante da sociedade. Para manter sua situação, a classe ociosa propaga uma ideologia conservadora e resiste a qualquer mudança na estrutura social. Mantendo as demais pessoas sob a pressão da luta pela sobrevivência, a classe ociosa limita as possibilidades de mudanças no *status quo* (1983, p. 94).

É difícil definir quem constitui a classe ociosa. Embora Veblen (1983, p. 105, 111-116) aponte para os especuladores financeiros, acionistas anônimos (em contraposição aos capitães da indústria), altos oficiais das forças armadas, prestadores de serviços bancários, governantes, esportistas e até mesmo advogados (que se ocupariam exclusivamente de fazer ou anular as fraudes), a ociosidade conspícua é antes um comportamento do que um indicador da posição na estrutura social usada nas definições mais modernas de classe.

Se a valorização do enfoque de Veblen na Sociologia é apenas recente, o mesmo não pode ser dito quanto à obra de Weber. Escrita no início do século XX, constitui um marco entre os estudos sobre estratificação social cuja importância só pode ser comparada à influência do trabalho de Marx. A tipologia de classes, estamentos e partidos weberiana influenciou os critérios considerados na definição da situação social dos indivíduos em diversos estudos posteriores. O esquema de estratificação social weberiano baseia-se em três eixos: as diferenças econômicas, que definem as classes; as diferenças de poder, que definem os partidos; e as diferenças de prestígio, que definem o *status* (1974, p. 211-228; 1991, p. 199-203).

Para Weber a situação de classe está relacionada a oportunidades de vida abertas aos indivíduos e indica a existência de situações de interesse semelhantes em que um indivíduo se encontra junto com muitos outros, a qual, em princípio, é constituída pelo nível de propriedade dos meios de produção, pela capacidade de consumo e pela qualificação de serviço. Os indivíduos mais ricos da sociedade podem pertencer² às

2. Não há, na teoria weberiana, algo que impeça o pertencimento simultâneo de um indivíduo a duas classes distintas.

“classes proprietárias positivamente privilegiadas”, formadas tipicamente por rentistas, e às “classes aquisitivas positivamente privilegiadas”, compostas por empresários e, em certas circunstâncias, profissionais liberais e trabalhadores altamente qualificados (1991, p. 199-201).

A situação de classe dos indivíduos é uma situação de mercado, mas pode ser influenciada por diversos fatores, inclusive aqueles que possuem pouca relação direta com a atividade econômica individual. Ao explicar a diferenciação das pessoas na estrutura social, Weber (1991, p. 69, 99-100, 199-200) não subestima a importância de fatores institucionais que asseguram, por exemplo, a transmissão de heranças (assegurando o monopólio de propriedades), ou mesmo a distinção na qualificação profissional dos indivíduos (monopólio da educação), mas boa parte de seus principais livros dedica-se à análise da motivação para o trabalho e o comportamento capitalista (1961, 1989, 1991).

Em larga medida, Weber endossa a tese de que a operosidade e a frugalidade são determinantes importantes do desempenho econômico dos indivíduos nas sociedades capitalistas. Um dos objetivos de **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** é mostrar que essas características explicam o fato de protestantes ocuparem posições superiores às de católicos na hierarquia social. O argumento weberiano, amplamente conhecido, é de que, na origem do capitalismo moderno, certas correntes do protestantismo possuíam um *ethos*, compatível com o “espírito do capitalismo”, que favoreceu a ocupação de posições mais altas na estratificação social por protestantes. Essa ética estendia-se a todos os estratos sociais, determinando um comportamento ascético favorável ao investimento, escolhas educacionais orientadas à qualificação profissional e o trabalho como um fim em si mesmo.

Weber é cauteloso em dissociar a religião do capitalismo moderno. Em suas palavras, “a raiz religiosa do homem moderno morreu” (1961, p. 309),³ mas permaneceu o racionalismo ocidental, que é a base do capitalismo e do qual o protestantismo é apenas “um estágio historicamente anterior” (1989, p. 50). Portanto, não é mais nas características religiosas, mas no autocontrole e na eficiência produtiva que parte da explicação para a posição social dos indivíduos nas sociedades capitalistas deve ser procurada.

Ainda no início do século XX, uma obra que influenciou muitos dos estudos sobre a relação entre a estrutura social e o funcionamento dos sistemas político-partidários é a de Pareto, um autor importante no campo de pesquisas sobre desigualdade. No **Tratado de Sociologia Geral**, um de seus principais livros, a heterogeneidade da sociedade ocupa um papel central na análise sociológica.⁴ Pareto argumenta que os homens são diferentes física, moral e intelectualmente, o que faz que todas as sociedades sejam essencialmente heterogêneas. As diferenças entre indivíduos estão na origem da distinção entre classes, mas essa distinção não implica uma separação rígida entre grupos, pois indivíduos circulam entre classes (Pareto, 1964, v. II, p. 527, § 2025). Logo, uma teoria que leve a heterogeneidade em consideração não deve apenas mapear a estrutura social mas, também, tratar da mobilidade nessa estrutura.

A estratificação mais famosa de sua obra é a conhecida separação entre **elite** e **massa** (ou, mais exatamente, entre **elite** e **não-elite**), utilizada na teoria que busca ex-

3. “La raíz religiosa del hombre moderno ha muerto” (Weber, 1961, p. 309).

4. *Trattato di Sociologia Generale* (1964).

plicar a origem e a circulação das elites na sociedade. Pareto não é o primeiro a tratar de uma estratificação desse tipo, mas é a ele que a afirmação do termo elite deve ser atribuída. Segundo Pareto, é possível, por simplificação, dividir a sociedade em dois estratos fundamentais, um inferior, a massa (*classe non eletta*), e outro superior, a elite (*classe eletta*). O estrato superior, por sua vez, subdivide-se em elite governante e elite não-governante. Apesar de propor essa subdivisão, Pareto praticamente usa o termo elite como sinônimo de elite governante (1964, p. 531, § 2032).

Para expor sua idéia sobre elite, Pareto usa uma analogia com um sistema de notas conferidas à capacidade das pessoas em suas atividades profissionais. A elite é a classe composta pelos indivíduos com maiores índices em suas atividades. Pareto tenta manter a noção de elite restrita à avaliação da eficiência de um indivíduo na perseguição de suas metas, quaisquer que sejam elas. Por essa razão, busca afastar o julgamento de valor quanto aos fins das atividades colocando, lado a lado, nas elites profissionais, o ladrão e o artista competentes. As elites perpetuam-se recrutando os membros mais capacitados das classes inferiores.

No entanto, essa não é uma forma de exposição totalmente consistente com o corpo teórico paretiano. Embora Pareto insista em utilizar o sistema de notas para definir inicialmente as elites, essa abordagem parece ser uma tentativa de excluir valores morais do esquema de classificação e não um esforço para formar uma regra classificatória. A posição de elite diz respeito mais à capacidade de influir nos destinos da sociedade em razão de sua posição na estrutura social do que a atributos individuais. Em Pareto, a elite não é apenas um estrato, ela constitui uma classe que se reconhece como tal e se esforça por manter sua posição, logo o apelo a atributos pessoais adquire um certo tom de justificativa histórica para a segmentação da sociedade e não a forma de um critério de estratificação.

Isso se torna mais claro quando Pareto indica que a riqueza, o parentesco e a rede de relacionamentos podem dar o título de elite a quem não deveria tê-lo (1964, p. 532, § 2036). São, portanto, determinantes da posição de elite tanto elementos de mérito individual quanto heranças, características familiares e outros fatores externos aos indivíduos. Na teoria de Pareto, os atributos pessoais têm papel ambíguo na determinação da posição dos indivíduos na estrutura social: a ascensão à elite ocorre em razão da capacidade (qualificação) individual; a manutenção da posição na elite ao longo das gerações, não.

Qual seria o critério exato para demarcar o estrato de elite? Ao discutir a abordagem marxista, Pareto rejeita o uso de classes capitalistas e trabalhadoras por julgar haver uma diversidade de interesses muito grande no grupo dos capitalistas, além de, muitas vezes, trabalhadores e capitalistas possuírem interesses comuns (1964, p. 664-665, § 2231). Neste ponto “interesses” parecem ser o eixo que Pareto usa para captar, na definição de uma classe, o resultado das características econômicas e políticas do grupo. No entanto, mais adiante, Pareto enfatiza a heterogeneidade nas elites governantes (1964, p. 681, § 2254), que pode perfeitamente assumir características semelhantes às usadas por ele para rejeitar o esquema marxista. Essa questão, portanto, não encontra uma resposta clara em Pareto e foi objeto de discussões posteriores nos estudos baseados em teorias das elites do mesmo modo que as proposições dos precursores do debate sobre estratificação social foram alvo de controvérsias.

Entre os autores clássicos das Ciências Sociais que estão sendo resgatados nos estudos modernos sobre estratificação social encontra-se Émile Durkheim. Fundamentais para entender seus escritos sobre a estrutura social das sociedades modernas são as analogias feitas por ele entre sociedade e organismos vivos. Do mesmo modo que um organismo vivo, as sociedades podem ser entendidas como sendo formadas por partes especializadas em determinadas funções. Assim como a complementaridade dos diversos órgãos é essencial para a manutenção de um organismo vivo, o funcionamento equilibrado da sociedade depende da integração adequada de suas partes.

Que partes são essas? Em **A Divisão do Trabalho Social**, Durkheim coloca os grupos profissionais como elementos-chave para se entender a organização da sociedade moderna. Uma série de fatores faz que as funções na sociedade tornem-se cada vez mais especializadas e, como resposta a esse fenômeno, que o trabalho social seja dividido entre grupos profissionais. O pertencimento a um grupo profissional é acompanhado de prerrogativas e deveres, além de indicar, para o restante da sociedade, a posição de um indivíduo na estrutura social (1984, v. 1, p. 38).

São os aspectos técnicos da divisão do trabalho que levam à formação de grupos profissionais. Em um sistema classificatório de base axiológica, essas características técnicas da produção poderiam ser usadas para definir os grupos profissionais. No entanto, Durkheim não se vale desse procedimento e usa as categorias institucionalizadas pela divisão do trabalho para captar a estrutura social. Ao usar informação presente na “consciência social” (isto é, institucionalizada) para mapear os grupos profissionais, o modelo durkheimiano transfere, no limite, os julgamentos necessários para a definição de categorias e sua hierarquização para a sociedade. O que Durkheim faz, portanto, é muito mais identificar as categorias compartilhadas por grande parte da sociedade do que discutir critérios para defini-las.

A analogia organismo-sociedade tem impacto forte sobre as decisões valorativas de Durkheim acerca da possibilidade de hierarquização dos grupos profissionais. O mau funcionamento de um órgão específico pode implicar a ruína de todo o organismo. Logo, em certa medida não faz sentido hierarquizar a importância dos órgãos, visto que eles são interdependentes. Essa idéia influencia Durkheim, que, por sua vez, tende a concentrar-se mais sobre os elementos que determinam a integração dos grupos profissionais do que sobre as hierarquias entre eles.

O uso de uma classificação definida de modo exógeno e a influência do modelo orgânico na abordagem da estrutura social fazem que o arcabouço teórico durkheimiano para a análise das estruturas sociais seja guiado por uma idéia de dependência simétrica entre os grupos sociais. Isso não quer dizer que as hierarquias na estrutura social sejam ignoradas por Durkheim. Ele reconhece que os indivíduos desejam algumas posições mais do que outras e que esse desejo é origem de conflitos na sociedade. Para analisá-los, Durkheim lança mão de um modelo normativo, no qual a existência de diferenças hierárquicas é justificável do ponto de vista moral, em razão das necessidades de especialização funcional na sociedade, e as posições superiores devem ser ocupadas por mérito. Sua noção de mérito é produtivista e está relacionada às aptidões profissionais (1991, v. 2, p. 171).

Há duas categorias de determinantes das posições na estrutura social. A desigualdade social exprime as “desigualdades naturais” e as “imposições exteriores”. As primeiras dizem respeito às capacidades e escolhas dos indivíduos, que podem ser

entendidas como a expressão dos talentos – ou, mais especificamente, a qualificação para a atividade profissional – e as inclinações pessoais para determinadas atividades. As segundas consistem em imposições de caráter institucional, como normas e leis, das quais são expressões as barreiras criadas por regulamentação do exercício da profissão ou qualificação para ela e, principalmente, as heranças. No modelo normativo de Durkheim, estas últimas são indesejáveis, mesmo que consagradas por instituições como o direito, pois fazem que a divisão do trabalho social resulte de imposições externas aos fatores que a motivaram e asseguram a eficiência da sociedade (1991, v. 2, p. 170-174).

3 O DEBATE ATUAL

No debate atual, é possível notar a marca das teorias precursoras elaboradas nos séculos XIX e XX. Porém, apesar de ser possível identificar tradições distintas nesse debate, uma característica do campo é a intensa troca entre elas. São raros, atualmente, estudos relevantes sobre estratificação social que sigam fielmente o modo de abordar o problema proposto pelas teorias precursoras. Antes, elementos das diversas tradições são reelaborados e fundidos de modo que preencham falhas das teorias antigas e adaptem as novas às mudanças ocorridas na sociedade.

A análise das teorias modernas de estratificação realizada a seguir privilegia as teorias de classe e destaca três pontos. Primeiro, os eixos utilizados para definir os estratos em cada teoria. Segundo, o produto da dinâmica da disputa teórica, ou seja, o resultado das interseções entre tradições distintas e as críticas mútuas por elas realizadas. Terceiro, o tratamento dado à hierarquização dos estratos e as relações entre eles. É evidente que diversos outros enfoques poderiam ser realizados. O objetivo do enfoque adotado aqui, porém, é bastante específico e consiste em levantar subsídios para uma posterior definição de um estrato rico na sociedade brasileira.

Especialmente no que diz respeito às teorias de classe, as influências de Marx e Weber se fazem sentir em um grande número de abordagens. Elas são o pivô da discussão teórica moderna e exemplos disso são abundantes na extensa literatura sobre o assunto – além das tradições neomarxistas e neoweberianas, sucessoras óbvias das duas abordagens precursoras, proposições denominadas neo-ricardianas guardam grande semelhança com as idéias de Marx; o mapa de classes de Pierre Bourdieu é uma fusão do esquema de Weber com elementos que foram discutidos na obra de Veblen⁵ (1983) e os esquemas de classe neodurkheimianos, por sua vez, buscam uma alternativa à estratificação com base em axiomas das tradições marxista e weberiana.

A tradição marxista moderna é composta por correntes um tanto distintas. A adoção de uma agenda normativa fortemente igualitarista, que influencia a seleção dos temas de pesquisa e o modo de abordá-los, é um ponto comum entre todos os marxistas, mas não uma característica exclusiva da tradição. A diversidade de correntes dificulta a identificação dos eixos teóricos compartilhados pelos marxistas atuais, mas é possível dizer que, nas teorias marxistas modernas, a divisão da sociedade em classes ainda tem papel fundamental, embora talvez menor do que o concebido por Marx.

5. Bourdieu não menciona Veblen em **A Distinção** (1984), mas há grande semelhança entre as abordagens.

Segundo Wright (2000, 2002), as teorias marxistas modernas sustentam modelos hierárquicos de divisão da sociedade em classes nos quais a assimetria entre as classes permite relações de exploração, dominação e subordinação entre elas. Essa assimetria tem origem em relações sociais de produção, isto é, na distribuição dos direitos sobre o uso de recursos produtivos e dos direitos que regulam a apropriação da produção. O mais relevante para a classificação dos indivíduos nas diferentes classes, portanto, não são atributos das pessoas ou das relações das pessoas com as coisas, mas características da relação que um indivíduo possui com os demais no processo de produção. A ênfase no critério das relações sociais de produção dá uma base teórica para lidar com questões de classificação de indivíduos que têm poder de comandar trabalho e se beneficiam de sua exploração sem, no entanto, deter a propriedade formal (jurídica) sobre os meios de produção, como é o caso dos executivos das empresas.

Como as classes não se definem apenas pela propriedade formal de meios de produção, torna-se facilmente compatível com o corpo teórico marxista o uso de esquemas de classe mais complexos (isto é, com maior número de categorias) que a dicotomia simplificada entre capitalistas e trabalhadores. Isso incrementa a teoria em pelo menos três pontos: *i)* torna-a mais aplicável a casos de articulação de modos de produção distintos, tal como ocorre em sociedades em que convivem relações capitalistas e semi-feudais ou em economias capitalistas altamente estatizadas; *ii)* faz que ela seja mais capaz de lidar com as situações em que o direito sobre o uso de recursos produtivos não é totalmente conferido pela propriedade dos recursos, como é o caso das concessões de uso de um recurso qualquer; e *iii)* permite melhor tratamento de questões que envolvem a regulação dos direitos de propriedade e diferenciam os indivíduos na estrutura social, como os acordos trabalhistas, o controle das características das empresas e da produção por meio de agências reguladoras, a sujeição a regimes tributários diferenciados, etc.

Nos esquemas de classes baseados em relações sociais de produção, os atributos dos indivíduos atomizados têm papel indireto na definição de sua posição na estrutura social. A premissa por trás dessa opção é a de que as escolhas e os comportamentos dos indivíduos são moldados pelo tipo de relações que eles têm com outros indivíduos. Em termos práticos, isso não significa que características individuais como educação, sexo ou raça são irrelevantes em um sistema de classificação marxista, mas que sua relevância depende da influência que essas capacidades exercem na distribuição de direitos sobre os recursos e os resultados da produção. Por essa razão, o enfoque das pesquisas marxistas é sobre a formação e a transmissão desses direitos, o que significa estudar como a constituição e a implementação de leis, normas e ideologias, bem como a organização de instituições, afetam a estrutura social.

Certas dificuldades enfrentadas pelos neomarxistas levaram ao surgimento de mapas de classe que abrem mão de certos aspectos da teoria de Marx. É o caso da abordagem de Sørensen (2000, 2002). No artigo **Neo-Ricardian Class Analysis**, Sørensen apresenta um esquema em que classes são definidas a partir de direitos de propriedade, os quais são entendidos como a legitimidade para receber rendas de um ativo qualquer. Os direitos de propriedade influenciam a riqueza total individual e, por isso, indicadores das condições de vida de uma pessoa são indicadores de sua posição de classe. Do ponto de vista da exploração de classes, diz Sørensen, as categorias de classe são estabelecidas em razão da propriedade ou não de ativos rentáveis, ressaltando que as posições de classe definidas a partir de condições de vida não possuem

necessariamente interesses antagônicos, pois a propriedade de ativos rentáveis pode não fazer parte da riqueza que uma pessoa controla (2002, p. 169,208).

De certo modo, o esforço de Sørensen é montar um esquema de classificação que use elementos da sociologia marxista, porém descartando a teoria do valor trabalho para definir exploração. Ao utilizar um sistema classificatório baseado em rendas, Sørensen engenhosamente evita os graves problemas que a teoria do valor trabalho de Marx possui para transformar valores em preços – que afetam a base de seu conceito de exploração, a teoria da mais-valia –, mas continua sustentando que a exploração origina-se dos direitos de propriedade. A **exploração**, para Sørensen, é a desigualdade gerada pela propriedade de ativos (recursos) que geram rendas. Esses ativos geram desigualdades quando as vantagens dos proprietários surgem à custa dos não-proprietários. A exploração, portanto, aparece na forma de renda de ativos que são concentrados pelas classes exploradoras e cuja eliminação ou redistribuição seria vantajosa para os não-proprietários (2002, p. 178-179).

O conceito de propriedade usado por Sørensen não se limita à titulação legal, estendendo-se à legitimidade para auferir rendas de um determinado ativo (Sørensen, 2000, 2002). Com isso, podem ser incluídas na classe dos rentistas várias pessoas que obtêm rendas utilizando ativos dos quais não possuem a propriedade legal, como é mais evidente no caso dos executivos que usufruem das rendas das empresas que gerenciam ou das classes políticas que se beneficiam da administração dos bens do Estado. Todavia, como o conceito de propriedade assumido é bastante amplo, quase todas as pessoas podem possuir algum tipo de ativo produtivo rentável. Assim, realizar a distinção de classes deixaria de ser uma questão de identificar a posse ou não de ativos rentáveis e passaria a ser um problema de estratificar a população em razão do tipo e do volume desses ativos.

Porém, se a definição de Sørensen for rigorosamente seguida, os ativos que definem a posição de classe devem ser ativos transferíveis. Conseqüentemente, o uso de recursos que são tratados por algumas teorias como formas de capital intransferível, como o capital humano ou mesmo certos capitais simbólicos, não caracterizaria a exploração, mesmo que rendas possam ser auferidas a partir desses recursos. Tudo indica, portanto, que o mais adequado, a partir da definição inicial de Sørensen, não é dividir a sociedade em proprietários e não-proprietários de ativos, mas entre exploradores e explorados, conforme o volume dessa exploração e o tipo de renda que a possibilita.

A abordagem de Sørensen é apresentada como uma “análise de classe ricardiana”, em referência ao uso, por David Ricardo, de tipologias de rendas na formulação de suas teorias. No entanto, a divisão da sociedade segundo o tipo de renda auferida não é originalmente ricardiana, tampouco o conceito de renda de Sørensen é rigorosamente o mesmo de Ricardo. Como se trata de uma teoria de classes em que a fundamentação dos critérios de estratificação é dada por uma teoria de justiça distributiva centrada na exploração, parece que o mais correto é colocar Sørensen próximo das abordagens neomarxistas.

O esquema de Sørensen, baseado em rendas, evita as dificuldades que a definição de classes a partir da propriedade legal apresenta, mantendo, porém, um conceito de exploração que se relaciona à idéia de propriedade. Nele, o grupo de exploradores abarca um grande grupo de pessoas e, do ponto de vista operacional, pode ser iden-

tificado a partir de informações sobre riqueza, uma vez que parte dessa riqueza pode existir na forma de ativos que geram rendas.

Há certa tendência da literatura recente em destacar uma grande semelhança entre as análises de classe de tradição marxista e weberiana. Crompton, por exemplo, destaca que ambas identificam classe a partir da estrutura ocupacional (1995, p. 50). Savage vê uma convergência entre ambas, mas julga que a análise de classe weberiana depende da vitalidade das teorias de classe marxistas (2000, p. 17). Breen acredita que as fronteiras entre as duas são pouco definidas e se estabelecem apenas em termos da importância dada às classes como elemento de explicação na teoria (2002, p. 46). Tumin afirma que Weber concordou com aspectos fundamentais do pensamento marxista muito mais do que reconheceram alguns estudos sobre estratificação social e que quase todas as pesquisas nesse campo combinam aspectos da sociologia marxista com idéias weberianas (1970, p. 19). Wright, por sua vez, acredita que as análises de classes de tradição weberiana são englobadas pelo corpo teórico marxista (2002, p. 35).

É verdade que, nos estudos modernos, existem semelhanças nas abordagens de ambas as tradições. Porém, do ponto de vista da centralidade que as classes ocupam na teoria, há uma distinção entre as duas correntes: para a tradição weberiana, as classes têm um poder explicativo menor que o atribuído pelos neomarxistas. Se, para estes últimos, alguns padrões de mudança histórica podem ser explicados em termos da evolução da relação entre as classes, não seria incorreto afirmar que as idéias de Weber são usadas muito mais para estabelecer critérios de demarcação de grupos na sociedade do que para compor uma teoria sobre como as classes se originam, como se relacionam e como esse relacionamento pode ser usado para explicar o funcionamento da sociedade. Se, por um lado, Weber define classes de modo mais nítido e afastado de ambigüidades do que Marx, por outro lado, seus comentários sobre o tema são bastante fragmentados e ocupam papel secundário em suas principais obras, o que se reflete nos sucessores das duas correntes.

Um grande número de estudos sobre estratificação poderia ser classificado como weberiano caso as peculiaridades dessa tradição sejam a ausência de conteúdo substantivo para as classes nas teorias que explicam o funcionamento da sociedade – ou o que Savage chama de “realidade ontológica das classes” (2000, p. 16) – e o uso de tipos ideais para fundamentar a estratificação. Para os weberianos, as classes não são importantes *a priori*: sua existência deve ser testada a fim de verificar se os indivíduos nas classes formam uma coletividade. Os estudos que podem ser enquadrados como weberianos são aqueles que acreditam que faz sentido estratificar uma sociedade porque os estratos representam grupos reais que têm provável comportamento semelhante.

Embora não seja exclusiva da tradição weberiana, a atenção dada a elementos extra-econômicos em estudos sobre estratificação social é, sem dúvida, um de seus traços característicos. A partir da década de 1930, uma série de estudos inclui índices subjetivos (informações sobre prestígio social, reputação, valores, etc.) em esquemas classificatórios, estratégia que se mantém até hoje em muitas pesquisas, como mostram Blau, Duncan e Tyree (2000, p. 204-207). Os mecanismos de transformação de classes econômicas weberianas em classes sociais, isto é, os modos pelos quais as relações econômicas se traduzem em estruturas sociais não econômicas, tornaram-se objeto de diversas pesquisas de Giddens e de seus sucessores (Giddens, 1982, p. 157). O papel do poder político na estruturação da sociedade também é objeto de atenção dos weberia-

nos e foi incorporado em inúmeros estudos após a publicação das obras de Wright Mills e Parsons. Quanto aos fatores que definem a posição dos indivíduos em um determinado estrato, porém, os determinantes culturais e motivacionais usados por Weber em **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo** foram abandonados em razão de atributos socioeconômicos mais facilmente observáveis.

Embora recuse o título de weberiano, John Goldthorpe é considerado o principal expoente da tradição tanto por Savage (2000) quanto por Breen (2002). Parece correto tratá-lo desse modo, uma vez que seus esquemas de estratificação estão claramente orientados à agregação de coletivos a partir de tipos ideais sem uma teoria que articule, antecipadamente, a relação entre as classes, as relações de exploração entre elas ou uma teoria de como elas agem (Goldthorpe e Marshall, 1992, p. 383). Em formulações recentes, Goldthorpe e seus colaboradores usam um esquema de classes predominantemente baseado na regulação das relações de trabalho por meio de contratos nos quais os estratos são definidos a partir de duas dimensões básicas: o grau de monitoramento e a especificidade dos recursos humanos requeridos pelas tarefas (Goldthorpe, 2000, p. 214, Erikson e Goldthorpe, 2000, p. 311).

Muitos dos estudos na tradição weberiana sofreram influência da teoria das elites. A partição dicotômica de Pareto entre elite e massa, porém, foi abandonada e em seu lugar usados esquemas de estratificação que distinguem estratos intermediários. Embora na maior parte dos estudos recentes a idéia de elite esteja associada a conceitos como poder, autoridade ou controle, nas últimas décadas as elites passaram a ser entendidas como grupos além da esfera política do Estado, especialmente após pesquisas que destacavam a importância das elites na gerência da produção e nos movimentos sociais (Keller, 1963; Parry, 1969; Lasswell, Lerner e Rothwell, 1971; Therborn, 1982).

Outra ruptura em relação às teorias clássicas de elite resulta das análises recentes que mostram que a manutenção dos membros das elites em suas posições baseia-se em mecanismos simbólicos, ideologias e até mesmo na violência. Reconhecendo esses resultados, muitos teóricos deixaram de lado a idéia de que a composição atual das elites pode ser adequadamente explicada em termos de talentos ou de características psicológicas de seus membros e passaram a buscar explicação para essa composição na estrutura da sociedade, aproximando-se, neste ponto, da tradição marxista.

Os esquemas de classe que se autodenominam inspirados na obra de Durkheim surgem na busca por uma alternativa às tradições marxista e weberiana. Estas costumam analisar a sociedade a partir de categorias que agregam grande número de indivíduos, classificando-os a partir de axiomas teóricos. O esquema neodurkheimiano, em contraposição, usa categorias baseadas em aspectos técnicos da divisão do trabalho e, portanto, mais amplamente institucionalizadas na sociedade. Um dos principais expoentes da corrente, David Grusky, chama essas categorias de “microclasses” e acredita que elas retratam melhor os níveis da vida social em que as atitudes e estilos de vida são gerados. Trata-se de categorias que refletem, em certo grau, a estrutura ocupacional da população tal como ela é reconhecida pelos indivíduos e pelos sistemas normativos e legais (2002, p. 76-88).

Embora o tratamento dado por Durkheim aos grupos ocupacionais seja extensivamente usado em campos como a Sociologia das Profissões, nos estudos sobre estrutura social são incomuns abordagens claramente durkheimianas. Desde pelo menos a década de 1930, os estudos sobre mobilidade social usam informações sobre categorias

ocupacionais como indicação de posição na estrutura social, mas nem sempre como um critério de delimitação de grupos que de fato compartilham valores e comportamentos distintos dos demais agrupamentos. Até o momento, as abordagens durkheimianas têm poucos resultados reais a oferecer. Nas palavras do próprio Grusky, a alternativa durkheimiana consiste mais em colocar novas questões que em fornecer respostas prontas (2002, p. 104).

Outra corrente moderna que não se alinha rigorosamente às tradições marxista e weberiana baseia-se em estudos de Pierre Bourdieu. Não é uma característica dos trabalhos de Bourdieu sobre estrutura social a derivação de categorias sociais a partir de axiomas bem definidos. Isso, aliado a uma linguagem peculiar que redefine diversos conceitos correntes da sociologia, faz que suas idéias sejam passíveis de interpretações ambíguas (Weininger, 2002). Mesmo assim, é possível classificar a forma como Bourdieu aborda a estratificação da sociedade entre as teorias que apresentam, simultaneamente, características do esquema geral weberiano e do tratamento dado por Veblen ao uso do estilo de vida como um símbolo de classificação social. O eixo central do trabalho de Bourdieu (1984, 1989) é o estudo das relações entre classes e grupos de *status* – que na obra de Weber são tratados separadamente – baseado no argumento segundo o qual a análise das relações econômicas (classe) requer um estudo simultâneo das relações simbólicas (*status*).

Bourdieu monta um esquema de classificação baseado em três dimensões – volume, composição e trajetória dos capitais econômicos e culturais – no qual não há fronteiras definidas de classe, exceto aquelas definidas pelos grupos ocupacionais institucionalizados. Com isso, é possível entender a posição dos indivíduos na estrutura social como uma função dos atributos pessoais que definem os capitais econômico e simbólico e dos processos de transmissão intergeracional desses capitais (1984, p. 128-129, 262, 340, 452, 504). Esse esquema foi montado para analisar o que determina um estilo de vida específico, mas pode também ser aplicado para estudar como a combinação de classe e *status* influenciam as oportunidades de vida dos indivíduos.

Uma ala do debate moderno sobre classes se distingue pelo questionamento da validade das teorias de classe como um todo. Parte da discussão gira em torno de críticas ao poder explicativo das classes nas sociedades modernas. Para alguns críticos, a análise das formas contemporâneas de hierarquia e antagonismo requer partições alternativas da sociedade: relações de autoridade estatal, gênero e raça, por exemplo, são origem de desigualdades que não são captadas pelas análises de classe e, no entanto, são elementos centrais para a compreensão das sociedades modernas. Segundo Pakulski (2002), um dos resultados da complexificação das desigualdades é a “hibridização” dos esquemas de estratificação, isto é, a interpenetração de dois ou mais mecanismos de estratificação que torna difícil separar os efeitos causais de cada um deles, fazendo que o estudo da desigualdade baseado apenas na análise de classes perca relevância. Para outros críticos, como Touraine, a informação de que um indivíduo pertence a uma classe determinada diz pouco sobre suas ações. São essas ações que modelam a sociedade e, portanto, são elas o objeto central das Ciências Sociais. Há momentos em que as classes agem como um coletivo, modelando a sociedade; porém, em muitos outros, as classes são apenas agregados passivos de indivíduos. Logo, nas sociedades modernas que não são moldadas por estruturas de privilégio, as situações (posições na estrutura) não determinam ações e o relevante para o cientista social não é identificar “classes”, mas “movimentos sociais” (1995, p. 88).

4 CONCLUSÕES

As diversas teorias de estratificação social discutidas formam o núcleo de uma grande quantidade de estudos contemporâneos sobre desigualdade. A estratificação de uma população em ricos e não-ricos não é objeto específico de nenhuma dessas teorias. De fato, uma estratificação como essa é, do ponto de vista de uma proposição teórica, muito pouco ambiciosa se comparada às intenções dos esquemas de estratificação discutidos, que, em sua maioria, pretendem identificar grupos cujo comportamento permite explicar os grandes movimentos da dinâmica social. No entanto, essas teorias trazem uma série de contribuições para um estudo dos ricos, entre elas merecem destaque as que se referem às dimensões nas quais a diferenciação dos estratos é realizada e as que dizem respeito aos fatores que determinam a posição dos indivíduos na estrutura social.

A grande diversidade de abordagens nas pesquisas sobre estratificação social é uma característica da configuração atual do campo. Ainda que seja possível identificar dois grandes ramos dominantes, o marxista e o weberiano, além de alguns ramos menores, as fronteiras entre eles são difusas e sua heterogeneidade interna é elevada, o que faz que qualquer agrupamento de teorias seja passível de controvérsias. Não seria exagero dizer que a maior parte das teorias precursoras consideradas aqui teve influência, direta ou indireta, na formulação das abordagens modernas. Como essas abordagens não são necessariamente incompatíveis entre si, não há motivos para um esquema de estratificação deixar de incorporar elementos oriundos de fontes diversas.

Atualmente, predominam quatro grandes dimensões da vida em sociedade sobre as quais a estratificação é feita, as quais podem ser denominadas ocupação, bens simbólicos, poder político e interesses no conflito distributivo. Obviamente, a intenção de uma divisão como essa é unicamente organizar a síntese de um grande número de teorias, uma vez que essas dimensões não são mutuamente excludentes e, ao menos hipoteticamente, um esquema de estratificação poderia usar, simultaneamente, todas elas para subdividir a sociedade.

As ocupações são utilizadas em diversos esquemas de estratificação como um meio para capturar informações de outras dimensões, como o prestígio, por exemplo. Nas abordagens de origem durkheimiana, os agrupamentos ocupacionais institucionalizados são a principal dimensão da estratificação. Seu uso em um estudo dos ricos no Brasil, porém, parece enfrentar alguns obstáculos. Primeiro, os esquemas durkheimianos não privilegiam a hierarquização dos grupos, algo fundamental em uma pesquisa sobre desigualdade. Segundo, a elevada desigualdade intra-ocupacional observada no Brasil compromete o uso de títulos ocupacionais como critério de definição de grupos homogêneos. Terceiro, o baixo nível de associativismo dos grupos profissionais, a alta rotatividade nos postos de trabalho e a grande proporção de trabalhadores por conta-própria em ocupações mal definidas fazem que, para grande parcela da população, seja pouco provável que uma categoria profissional represente uma rede de pessoas que se relacionam de modo estável ao longo do tempo, moldando comportamentos. É provável que para um estudo dos ricos seja mais apropriado, na dimensão ocupacional, tratar de elites (intra) ocupacionais, como sugeriu Pareto, do que lidar com as ocupações como unidades.

Esquemas baseados em bens simbólicos, estilo de vida, prestígio, reputação ou algo semelhante são comuns no campo, como mostram os trabalhos de Bourdieu e de diversos weberianos modernos. A maior dificuldade desses esquemas é acessar a informação sobre bens simbólicos, etc. no nível individual. A principal estratégia para superar essa dificuldade consiste em utilizar variáveis instrumentais que correlacionam algum atributo observável do indivíduo a seu capital simbólico. É o caso, por exemplo, das escalas de prestígio que, no primeiro momento, relacionam o prestígio de um grupo limitado de ocupações ao nível educacional ou aos rendimentos dos profissionais e, posteriormente, realizam inferências acerca do prestígio de uma quantidade maior de ocupações usando essas variáveis.

A dificuldade de acessar informações sobre bens simbólicos, estilo de vida, prestígio ou reputação, por exemplo, inviabiliza o uso dessas dimensões da estratificação em pesquisas que pretendam utilizar levantamentos amostrais de grande porte para o estudo dos ricos. Mesmo a estratégia das variáveis instrumentais parece pouco útil, uma vez que ela não só teria de enfrentar uma elevada heterogeneidade intragrupo do prestígio dos indivíduos, como depende de um estudo prévio que, ao que tudo indica, não se encontra disponível no Brasil.

Há diversas décadas o poder político é o núcleo da estratificação em parte dos estudos sobre elites de tradição paretiana ou mesmo em alguns daqueles que possuem relação com a obra de Weber. Como os ricos constituem um certo tipo de elite, parece ser importante associar sua posição na estrutura social a seu poder político. Aqui, como no caso dos bens simbólicos, o obstáculo à incorporação dessa dimensão em um esquema de estratificação social é a disponibilidade de informações em nível individual. Em estudos restritos a uma comunidade política em que a estrutura de poder é relativamente bem conhecida, o uso dessa dimensão na estratificação é perfeitamente viável. Porém, quando se trata da população como um todo, é praticamente impossível utilizá-la. Uma alternativa para que não se deixe de considerar o poder político em um estudo sobre os ricos baseado em levantamentos de larga escala poderia ser realizar a estratificação por outros critérios e, posteriormente, correlacionar poder à condição de rico por meio de informações sobre ocupações em cargos políticos ou associações a entidades políticas, por exemplo.

Uma das principais contribuições do debate sobre estratificação social para a partição da sociedade entre ricos e não-ricos vem das teorias que entendem a desigualdade como resultado de alguma forma de conflito distributivo. Os esquemas de estratificação de Marx, Veblen e muitos de seus sucessores expressam, de certo modo, esse conflito ao definirem as fronteiras de seus estratos de modo que sejam demarcados grupos que têm interesses antagônicos na disputa pelos bens materiais produzidos pela sociedade. Nas teorias marxistas, por exemplo, a **exploração** é o principal processo pelo qual desigualdades injustas são geradas e transmitidas à esfera da distribuição, razão pela qual seus estratos refletem a divisão da sociedade entre exploradores e explorados.

Qual seria, no conflito distributivo, o grupo com interesses antagônicos aos dos ricos? É óbvio que uma resposta desse tipo depende de uma teoria de justiça que proponha quais são as desigualdades injustas de uma sociedade e como elas devem ser eliminadas. Em um sistema distributivo hipotético que argumente em favor da redução da desigualdade pelo menos até a erradicação da pobreza, é possível entender

os ricos como o grupo no extremo superior da distribuição da riqueza em uma sociedade que tem como grupo de interesses antagônicos na disputa pela distribuição dessa riqueza os pobres. A desigualdade entre os grupos pode ser reduzida realizando-se transferências de um extremo a outro. Isso sugere, portanto, que o estrato dos ricos pode ser definido em relação ao estrato dos pobres.

No esquema de Sørensen, a definição das fronteiras entre classes com interesses antagônicos (exploradores e explorados) não é uma questão de se ter ou não a propriedade de ativos que geram rendas, mas de definir o ponto em que o volume desses ativos é suficiente para definir uma nova classe. Isso significa que as classes são posições ao longo de uma distribuição contínua e, portanto, o que posiciona os indivíduos nas classes não é apenas apresentar ou não uma determinada característica (por exemplo, ser ou não proprietário de meios de produção), mas também a quantidade possuída dessa característica.

Se, analogamente, os ricos e pobres forem entendidos como extremos de uma mesma distribuição, a definição das fronteiras desses estratos pode ser feita sobre algo que é comum a ambos, mas que os diferencia em termos de quantidade. Esse eixo comum poderia ser constituído pelo volume de direitos sobre os recursos e resultado da produção conferidos pela propriedade de ativos rentáveis. Porém, o próprio Sørensen reconhece a dificuldade em se mensurar esses direitos e, por esse motivo, propõe que o nível de riqueza dos indivíduos seja usado para representar esses direitos, uma vez que resulta deles. Assim como é possível delimitar linhas de pobreza, é também possível a construção de uma linha de riqueza, isto é, um patamar de riqueza acima do qual as pessoas podem ser consideradas ricas.

Adotando-se a perspectiva segundo a qual a desigualdade social está relacionada a um conflito distributivo e que a redução dessa desigualdade pode ser feita pela transferência de recursos dos estratos superiores aos inferiores, a estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres. Isso significa que é possível estratificar a população por meio de uma noção de riqueza que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade, isto é, utilizando uma linha de riqueza que esteja diretamente relacionada à linha de pobreza e que se fundamente na possibilidade de erradicar-se a pobreza extrema por meio de transferências de recursos dos mais ricos aos mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis Dudley; TYREE, Andrea. Measuring the Status of Occupations. *In: GRUSKY, David B. (Ed.). **Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*** Boulder. Westview Press, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das Classes. *In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico***. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Distinction: a Social Critique of the Judgement of Taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- BREEN, Richard. Foundations of Class Analysis in the Weberian Tradition. *In: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis***. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press). 2002.
- CROMPTON, Rosemary. Class and Stratification: An Introduction to Current Debates. *In: JOYCE, Patrick (Ed.). **Class***. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- DURKHEIM, Emile. **A Divisão do Trabalho Social**. v. II. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- _____. **A Divisão do Trabalho Social**. v. II. Porto: Editorial Presença, 1984.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. Trends in Class Mobility: The Post-War European Experience. *In: GRUSKY, David B. (Ed.). **Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*** Boulder: Westview Press, 2000. Baseado no capítulo 3 de ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. The Constant Flux: a study of Class Mobility in Industrial Societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GIDDENS, Anthony. Class Structuration and Class Consciousness. *In: GIDDENS, A. **Class, Power and Conflict***. Berkeley: University of California Press, 1982. Originalmente em GIDDENS, A. The Class Structure of the Advanced Societies. London: Hutchinson, 1980.
- GOLDTHORPE, John H. **On Sociology: Numbers, Narratives, and the Integration of Research and Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____; MARSHALL, Gordon. The Promising Future of Class Analysis: a response to recent critiques. **Sociology: Journal of the British Sociological Association**, v. 26, n. 3, p. 381-400, Aug. 1992.
- GRUSKY, David. Foundations of Durkheimian Class Analysis. *In: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis***. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press). 2002.
- KELLER, Suzane. **O Destino das Elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1963.
- LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel; ROTHWELL, C. Easton. The Elite Concept. *In: BACHRACH, Peter. **Political Elites in a Democracy***. New York: Atherton Press, 1971.

MARX, Karl. Manuscritos de Paris: Salario. Benefícios. Renta. Trabalho Enajenado. (Primer Manuscrito). *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras de Marx y Engels**, v. 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.*

_____. Letter from Marx to Adolf Cluss in Washington, London, 5 October 1853. **Marx and Engels Collected Works** New York: International Publishers, 1981.

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy. Middlesex. Penguin Books, 1973.**

OLLMAN, Bertell. **Alienation**: Marx's conception of man in capitalist society. 2 ed. London: Cambridge University Press, 1976.

OSSOWSKI, Stanislaw. **Estrutura de Classes na Consciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

PAKULSKI, Jan. Foundations of Anti-Class Analysis. *In: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis**. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press). 2002.*

PARETO, Vilfredo. **Trattato di Sociologia Generale** Milano: Edizioni di Comunità, 1964.

PARRY, Geraint. **Political Elites**. New York: Praeger, 1969.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. [3 ed., 1821]. Lisboa: Calouste Goulbenkian, 1978.

SAVAGE, Mike. **Class Analysis and Social Transformation**. Buckingham: Open University Press, 2000.

SHAW, William H. **Teoria Marxista da História** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. v. I. [1776]. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SØRENSEN, Aage. Foundations of neo-Ricardian Class Analysis. *In: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis**. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press). 2002.*

_____. The Basic Concepts of Stratification Research: Class, Status and Power. *In: GRUSKY, David B (Ed.). **Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective** Boulder: Westview Press, 2000.*

THERBORN, Göran. What Does the Ruling Class do When it Rules? Some Reflections on Different Approaches to the Study of Power in Society. *In: GIDDENS, A. **Class, Power and Conflict**. Berkeley: University of California Press, 1982. Originalmente em *Insurgent Sociologist*, v. 6, n. 3, p. 3-16. 1970.*

TOURAINÉ, Alain. Sociology and the Study of Society. *In: JOYCE, Patrick (Ed.). **Class** Oxford: Oxford University Press, 1995.*

TUMIN, Melvin M. **Estratificação Social**: as formas e funções da desigualdade. São Paulo: Pioneira, 1970.

VEBLÉN, Thorstein Bunde. A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições. **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

_____. **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1991.

_____. **Ensaio de Sociologia** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. **História Econômica Geral**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

WEININGER, Elliott. Foundations of Class Analysis in the work of Bourdieu. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis**. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press). 2002.

WRIGHT, Erik Olin. Varieties of Marxist Conceptions of Class Structure. *In*: GRUSKY, David B. (ed.). **Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective** Boulder: Westview Press, 2000.

_____. A Framework of Class Analysis in the Marxist Tradition. *In*: WRIGHT, Erik Olin (Ed.). **Alternative Foundations of Class Analysis**. Mimeo (em avaliação pela Cambridge University Press), 2002.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2003

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Luciana Soares Sargio

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Iranilde Rego

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Geraldo Nogueira Luiz

José Carlos Tofetti

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares